

CARTA ABERTA AOS FILIADOS DO MIOSP-MG E AOS DEMAIS OPERADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Era janeiro de 2019, o décimo-terceiro salário de 2018 não fora quitado. Não houve nenhuma reposição de perdas inflacionárias para a Segurança Pública durante todo o Governo Pimentel, que se limitou em pagar uma parcela de 15% de reajuste, no mês de maio de 2015, que fora concedida no Governo anterior.

Os vencimentos eram recebidos parcelados e atrasado. Os prestadores de serviço do sistema de Saúde estavam com três meses de atraso. O Governo se apropriava das parcelas de empréstimo consignado descontados nos vencimentos dos militares, que tinham seus nomes lançados no cadastro de inadimplentes da Serasa. Situação muito caótica.

Após assumir o Governo, Romeu Zema Neto em entrevista à GloboNews, disse que não havia qualquer previsão de quando iria pagar o décimo-terceiro salário de 2018. Após a manifestação do Governador, recebi um telefonema do amigo Capitão Jair Landes de Andrade, perguntando se não iríamos fazer nada.

Por isto, demandamos as lideranças políticas e associativas a respeito da necessidade de “fazer alguma coisa”, contudo o entendimento deles foi unânime: **NO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO NÃO É MOMENTO DE FAZER MOBILIZAÇÃO REIVINDICATÓRIA!**

Discordando desse entendimento, fomos convocamos uma manifestação, sem o apoio de qualquer Deputado ou Entidade de Classe, para o dia 17 de janeiro de 2019, defronte a Academia da Polícia Militar, durante o ato de posse do Cel. Giovane Silva do Comando Geral da PMMG, que foi realizada por um grupo de aproximadamente 50 pessoas, composto por um grupo de militares Sete Lagoas, juntamente com Capitão Landes, Cabo Cadeado, Sgt

Barbosa, Cel Sucassas, Cel Felisberto Egg, Da Luz, Toninho Pipoco e outros Operadores da segurança Pública.

*A manifestação teve ampla repercussão na mídia. Marcamos novo protesto para o dia 02 de fevereiro, data da posse dos Deputados com a seguinte pauta: **pagamento do decimo- terceiro de 2018, fim do atraso e do parcelamento dos salários, pagamento dos prestadores de serviços de saúde e a reposição das perdas inflacionárias.***

*A resposta do governo e do Comando-Geral a ousadia do Movimento Independente foi **criminalizar o movimento através do indiciamento do seu Coordenador em Inquérito Policial Militar, imputando-lhe os crimes de Incitamento e Motim, com pedido de busca domiciliar e de prisão preventiva.***

*Porém, a Justiça Militar negou a decretação da prisão preventiva, **mas decretou a busca domiciliar, com determinação para apreensão de todos os telefones celulares e equipamentos de informática existente na residência. Como esta medida iria atingir a família, o coordenador reagiu ameaçando o matar o Governador, caso seus familiares fossem atingidos.***

O Fato teve ampla divulgação na mídia e diante da repercussão, o Comandante Geral foi a Justiça Militar e pediu o cancelamento da busca domiciliar e o Governo passou a negociar a pauta com as Entidades e Deputados, sendo fechado um acordo para atender a pauta da Segurança Pública.

No segundo protesto algumas Entidades estiveram presentes. Os Deputados, ainda não tinham aderido. Houve grande adesão da tropa e os Deputados e Entidades, mudaram o entendimento e vieram somar com o MIOSP-MG, que era um movimento informal e, por ser informal, foi alijado das mesas de negociação da pauta com o Governo, foi quando manifestamos o seguinte

*entendimento: **NÃO INTERESSA A COR DO GATO DESDE QUE PEGUE O RATO!***

Os Deputados e Entidades assumiram o protagonismo das ações, e o MIOSP-MG, continuou participando, isto até 09 de setembro de 2021, quando fora convocada uma manifestação dos Operadores da Segurança Pública na Cidade Administrativa, vez que o Governo recuou no acordo firmado para fazer a reposição das perdas inflacionárias em três parcelas de 13%, 12% e mais 12%, somente concedendo a primeira.

O propósito da manifestação era reivindicar a complementação da reposição salarial. Houve uma grande adesão, e desta vez somente deputados participaram de uma reunião com os Comandos e o Secretário da Segurança Pública.

A tropa ficou esperando muito tempo e, no início da noite, os Deputados desceram da reunião e um deles pediu para o coordenador do MIOSP, que anunciasse para a tropa, que **“HOUE UM AVANÇO E NOVA REUNIÃO FORA MARCADA COM O GOVERNO PARA O DIA 11 DE SETEMBRO DE 2021-SEXTA FEIRA.”**

O anúncio foi feito e a insatisfação foi grande, culminando com a decisão de bloqueio da linha verde em protesto. Como a perseguição contra o Coordenador do Movimento Independente havia recrudescido, foi feita no microfone, um pedido aos Deputados, para na eventualidade de decisão da tropa de bloqueio da linha verde que os mesmos estivessem à frente da tropa.

No entanto, quando a tropa decidiu bloquear a via, **nenhum Deputado se fez presente**, deixando o coordenador do Movimento Independente à frente daquela ação, sem proteção alguma.

E, **pasmem os Senhores que, posteriormente, tomei conhecimento que não havia data marcada para a reunião dos Deputados com o Governo e**

que aquela data de 11 de setembro foi uma mentira inventada para acalmar os ânimos dos manifestantes.

Diante da quebra de confiança, o Movimento Independente encerrou no dia 09 de setembro de 2021 atuação conjunta com os Deputados e Entidades, Por isto, O Movimento Independente não participou das Megamanifestações de 2022, optando por permanecer na informalidade, até que no dia 20 de abril de 2023, quando foi efetivada a sua institucionalização como pessoa jurídica. No dia 13 de maio de 2023, durante Assembleia no auditório da Associação Médica foi realizada assembleia do MIOSP-MG e deliberada nova pauta do MIOSP-MG, com duas metas prioritárias:

Reposição das perdas Inflacionárias e Institucionalização de uma proteção da remuneração na Lei para acabar com a vulnerabilidade econômica da tropa e sua exploração política, pois os movimentos reivindicatórios estavam destruindo carreiras, gerando processos, punições, transferências, além de três vidas ceifadas decorrentes de Greves e Protestos anteriores.

Registre-se, por necessário, que o MIOSP-MG buscou junto à Corregedoria da Polícia Militar e ao Tribunal de Justiça Militar, informações sobre vitimados por estes movimentos reivindicatórios, para inventariar número de indiciados em inquéritos militares ou processos administrativos, condenações e punições relacionadas os movimentos, contudo, estranhamente, as informações foram sonegadas tanto pela Corregedoria, quanto pelo Tribunal Militar.

Em observância ao planejamento estratégico, o MIOSP-MG, impetrou ações reivindicatórias de reposição da inflação de 2022 junto aos Juizados Especiais e Mandados de Injunção perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, postulando a regulamentação da revisão geral, anual da remuneração dos servidores públicos, na mesma data e com mesmo índice, conforme determina o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal/88.

Todavia, o Poder Judiciário, negando vigência ao artigo oitavo da Declaração Universal dos Direitos Humanos - todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei - não acolheu os pleitos do MIOSP-MG, demonstrando que o direito a reposição das perdas inflacionárias não tem qualquer proteção da justiça brasileira.

No que se refere a reposição das perdas inflacionárias, outra estratégia implementada pelo MIOSP- MG foi apoiar o Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, que de forma democrática e transparente, juntamente com **TODAS** as entidades representativas da classe elaborou e encaminhou ao Governador um Projeto de Lei de Proteção Social que contempla a reestruturação da carreira, do sistema remuneratório, com o resgate da paridade entre ativos, veteranos e pensionistas, bem como da estrutura da organização, além de garantir o financiamento da assistência à saúde.

Todavia, este projeto, ainda não foi encaminhado pelo Governador ao legislativo, porém, ao nosso cuidar, o mesmo contempla as medidas imprescindíveis para garantir a perenidade institucional da Polícia Militar, seriamente ameaçada por distorções estruturais que comprometem a sustentabilidade financeira e a eficácia no cumprimento da missão institucional.

Por fim, o MIOSP-MG, buscou o apoio das bases da sociedade mineira, conseguindo, através dos Embaixadores da PEC da Dignidade e da Igualdade, o apoio de 225 Câmaras Municipais, à Proposta de Emenda à Constituição Mineira que institui uma data-base para a revisão geral anual , na mesma data e com o mesmo índice da remuneração dos servidores públicos de Minas Gerais, determina a obrigatoriedade de constar no orçamento do ano seguinte a previsão de recursos orçamentários para reposição da inflação do ano anterior e, delega competência ao Governador do Estado, para em 180 dias, através de Lei delegada, promover a reestruturação da remuneração das Forças de

Segurança de Minas Gerais, observada a proporção de seis por um entre a maior e a menor remuneração. A PEC foi protocolada em 15 de maio de 2023 junto a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e se encontra em trâmite.

Enfim, foram 05 anos de muito trabalho nas fileiras do MIOSP-MG, contando com o apoio voluntário, abnegado de valorosos Operadores da segurança Pública, contudo, é preciso fazer uma constatação: **fracassamos na obtenção do apoio dos Operadores da Segurança Pública, vez que no seu apogeu o MIOSP-MG, atingiu 425, que hoje foi reduzido para 350.**

O que podíamos fazer fizemos! Se erros foram cometidos foram por razões certas! Estamos sim, frustrados por não termos obtido os resultados almejados, porém temos de nos quedar a uma realidade é incontornável: **a tropa não abraçou a causa , os Comandos e entidades de Classe não manifestaram apoio a nenhuma das três medidas propostas pela PEC da Dignidade e da Igualdade e os Deputados que representam a Segurança Pública também não o fizeram, além do público bombardeia realizado ao conteúdo da PEC com fake News alegando suposta inconstitucionalidade das três medidas propostas.**

Neste contexto, é preciso observar que **a votação do reajuste dos Servidores públicos mandou um recado para todos: o Governo manda no Legislativo!**

Então sem o apoio da tropa, dos Comandos, das Entidades, não teremos como convencer o Governo a apoiar qualquer das medidas estruturantes propostas pela PEC DA DIGNIDADE E DA IGUALDADE! RECONHECER O FRACASSO É NECESSÁRIO!

Foram mais de 04 anos pelejando no MIOSP-MG. Fustigados pelos potentes e tivemos de enfrentar, acreditem mais de uma centena de processos e várias condenações. Ainda restam em aberto: 4 Processos criminais na Justiça

Militar e 05 Processos criminais na Justiça Comum, além de uma Ação Indenizatória no Cível.

Por derradeiro, temos o dever de agradecer o apoio recebido no curso da empreitada a todos aqueles que ajudaram o Movimento Independente adquirindo cotas de cessão de crédito para viabilizar seu registro, pagando as mensalidades, doando recursos para pagar indenizações fruto de inquéritos manipulados pelos potentes e poderosos, que acobertaram crimes contra o patrimônio, atentados a dignidade da pessoa humana, triângulo amoroso e outros atos indignos e indecorosos.

Aos Embaixadores da PEC da DIGNIDADE E DA IGUALDADE que fizeram ecoar por todo o Estado e aportar na Assembleia o reconhecimento da sociedade mineira da importância de proteger aqueles que protegem o cidadão mineiro, nossa eterna gratidão. Vocês foram gigantes!

Finalizando, sugiro aos 350 (trezentos e cinquenta) valorosos Operadores da segurança Pública que integram o MIOSP, de forma digna e honrada, votem na Assembleia do dia 11 de junho, pela dissolução do MIOSP-MG, pois o que era possível fazer foi feito! Nós criamos o MIOSP-MG e devemos sepulta-lo com muita dignidade e honra. Saber perder é muito digno!

Na hipótese de ser aprovada a proposta de dissolução do MIOSP-MG, após o pagamento das despesas de cartório, o patrimônio remanescente, computador e Celular, sugiro que sejam doados ao Cabo Saulo, em agradecimento aos serviços prestados durante todo este tempo e solicito por fim, que este Coordenador seja reembolsado do valor de cinco mil reais que pagou para custear um processo da viúva do SD WEDSON CAMPOS vitimado por participação em movimentos reivindicatórios que tem por escopo a defesa dos direitos previdenciários de sua família, **sendo as verbas remanescentes doadas aos militares do Rio Grande do Sul vitimados pela tragédia climática.**

Esta proposta será analisada na Assembleia do dia 11, **CASO NÃO HAJA INSCRITO PARA CONCORRER AS ELEIÇÕES AO CONSELHO GESTOR**

CONVOCADAS PARA A DATA. SE HOUVER INSCRITO (a) PARA A ELEIÇÃO, FICA TORNADO SEM EFEITO ESTA PUBLICAÇÃO E APÓS A ELEIÇÃO, VAMOS PROVIDENCIAR A POSSE DO NOVO CONSELHO GESTOR.

Belo Horizonte 07 de junho de 2024

Domingos Sávio de Mendonça- Tenente Cel Veterano
Coordenador Geral do MIOSP-MG

